PM INCONFIDENTES
FOLHA
Nº

MAPA DE RISCOS DA CONTRATAÇÃO

1. Identificação da contratação

Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Inconfidentes/MG — CNPJ 18.028.829/0001-68

Unidade Demandante: Departamento Municipal de Administração — Setor de Pessoal

Chefe do Departamento: Marcos Michell de Mira

Responsável Técnica: Estela Maria Sobreiro — Setor de Pessoal

Objeto: Prestação de serviços continuados de Saúde e Segurança do Trabalho (SST) e Medicina Ocupacional

Natureza: Serviço contínuo (art. 6º, XV, Lei nº 14.133/2021)

Forma de contratação: Contrato administrativo — preço por lote (3 lotes, conforme planilha do DFD)

Modalidade: Pregão Eletrônico (art. 28, I)

Forma de disputa: Eletrônica

Critério de julgamento: Menor preço por lote (art. 33, I, c/c arts. 43 e 47)

Vigência: 12 meses, prorrogável nos termos dos arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021

Valor estimado: R$ 183.720,99 (mediana de 6 fontes oficiais; Lote 01: R$ 29.554,49; Lote 02: R$ 127.579,82; Lote 03: R$ 26.586,68)

Normas aplicáveis: Lei nº 14.133/2021; Decreto Municipal nº 2.085/2024; NRs do MTE; CLT art. 168

2. Metodologia de análise

O presente Mapa de Riscos foi elaborado em conformidade com o art. 18 da Lei nº 14.133/2021, como instrumento de planejamento da contratação e de apoio à decisão administrativa. Os riscos foram identificados considerando as fases de planejamento, seleção do fornecedor, formalização, execução contratual, fiscalização, pagamento e encerramento, compatíveis com a natureza de serviço contínuo de SST e Medicina Ocupacional.

Cada risco foi avaliado quanto à probabilidade de ocorrência (Baixa, Média ou Alta) e ao impacto potencial (Baixo, Médio ou Alto), resultando em nível de risco classificado como Baixo, Moderado, Alto ou Crítico. Para cada risco foram definidas medidas preventivas/mitigadoras, planos de contingência, responsáveis pelo tratamento e indicadores de monitoramento.

PM INCONFIDENTES
FOLHA
Nº

2.1. Critérios de classificação

I — Probabilidade: Baixa — evento improvável nas condições normais de execução; Média — evento possível, com precedentes conhecidos; Alta — evento provável, com tendência de recorrência.

II — Impacto: Baixo — consequências limitadas e reversíveis sem custo significativo; Médio — consequências relevantes que exigem ação corretiva; Alto — consequências graves que comprometem a execução, a legalidade ou a proteção dos servidores.

III — Nível de risco: Baixo (probabilidade baixa × impacto baixo); Moderado (combinações intermediárias); Alto (probabilidade média/alta × impacto alto); Crítico (probabilidade alta × impacto alto).

3. Planilha do Mapa de Riscos

A planilha abaixo apresenta os 18 (dezoito) riscos identificados, organizados por fase do processo de contratação.

Nº	Fase	Evento de Risco	Causa Provável	Consequência	Prob.	Impacto	Nível	Medida Preventiva / Mitigadora	Plano de Contingência	Responsável	Indicador
1	Planejamento	Descrição inadequada do objeto ou especificações insuficientes no TR	Falta de detalhamento técnico; desconhecimento das NRs vigentes	Licitação impugnada; serviços aquém das necessidades; nulidade de atos	Baixa	Alto	Moderado	Validação técnica por profissional de SST; revisão cruzada DFD-ETP-TR antes da publicação	Retificar o TR antes da publicação do edital; republicar com prazo reaberto	Setor de Pessoal / Licitações	Nº de impugnações ao edital
2	Planejamento	Pesquisa de preços inconsistente ou desatualizada	Fontes insuficientes; diferenças regionais; dados desatualizados	Sobrepreço ou desclassificação por inexequibilidade	Média	Alto	Alto	Utilizar mínimo 3 fontes oficiais (PNCP, portais, cotações); atualizar antes do edital	Refazer pesquisa com fontes adicionais; consultar Banco de Preços em Saúde	Licitações	Variação % entre fontes > 30%
3	Planejamento	Quantitativos de exames sub ou superestimados	Ausência de histórico confiável; variação do quadro funcional ao longo do ano	Desperdício de recursos ou insuficiência de cobertura para os servidores	Média	Médio	Moderado	Basear quantitativos no quadro atual + margem de 15%; revisar anualmente na prorrogação	Aditivo contratual para ajuste de quantitativos dentro dos limites legais	Setor de Pessoal	Execução real vs. estimativa > 20%
4	Planejamento	Ausência ou insuficiência de dotação orçamentária	Falha na previsão; contingenciamento de recursos; omissão do setor financeiro	Impossibilidade de contratar ou pagar; descontinuidade do serviço	Baixa	Alto	Moderado	Confirmar dotação antes da publicação; incluir no PPA/LOA; reservar crédito	Remanejamento de créditos; suplementação orçamentária; empenho estimativo	Setor Financeiro	Declaração de disponibilidade emitida antes do edital
5	Seleção	Baixa competitividade ou licitação deserta/fracassada	Mercado restrito na região sul de MG; exigências de habilitação excessivas	Fracasso do certame; atraso na contratação; exposição a autuações do MTE	Média	Alto	Alto	Ampla divulgação; requisitos proporcionais; pregão eletrônico; escopo claro	Republicação com prazo ampliado; redução de exigências; dispensa art. 75, III	Pregoeiro	Nº de licitantes participantes; ocorrência de deserto/fracassado
6	Seleção	Proposta com preço de lote inexequível	Disputa agressiva; licitante sem compreensão do escopo completo do lote	Execução deficiente; inadimplemento; rescisão contratual prematura	Média	Alto	Alto	Análise de exequibilidade (art. 59, §4º); exigir planilha detalhada de composição de custos	Diligência para justificativa de preços; desclassificação motivada	Pregoeiro / Fiscal	Preço do lote < 75% da mediana do lote sem justificativa
7	Formalização	Atraso na formalização do contrato após homologação	Demora na análise jurídica; pendências documentais da adjudicatária	Atraso no início dos serviços; exposição prolongada a autuações do MTE	Média	Médio	Moderado	Cronograma interno de tramitação; checklist de documentos; prazo para contratada	Convocação do segundo classificado; contratação emergencial se urgente	Jurídico / Licitações	Dias entre homologação e assinatura do contrato

PM INCONFIDENTES FOLHA Nº

Nº	Fase	Evento de Risco	Causa Provável	Consequência	Prob.	Impacto	Nível	Medida Preventiva / Mitigadora	Plano de Contingência	Responsável	Indicador
8	Execução	Atraso na entrega dos laudos e programas (PGR, PCMSO, LTCAT, LTIP, GRO, AET)	Insuficiência de profissionais; complexidade do levantamento in loco em múltiplas unidades	Descumprimento dos prazos contratuais e legais; autuação pelo MTE; multa contratual	Média	Alto	Alto	Prazo contratual de 60 dias com marco intermediário aos 30 dias; reunião de kick-off; cronograma pactuado	Notificação formal com prazo suplementar; aplicação de multa diária; substituição de equipe técnica	Fiscal	Dias de atraso vs. prazo contratual de 60 dias
9	Execução	Laudos ou programas elaborados em desconformidade com as NRs	Profissional desqualificado; equipamentos de medição não calibrados; metodologia inadequada	Laudos nulos; responsabilidade subsidiária do Município; retrabalho; passivo trabalhista	Baixa	Alto	Moderado	Exigir qualificação técnica comprovada na habilitação; conferência técnica dos laudos pelo fiscal; exigir certificados de calibração	Rejeição formal do laudo; exigência de refazimento sem custo adicional; aplicação de sanção contratual	Fiscal	Laudos rejeitados / total de laudos entregues

Mapa de Riscos — continuação (riscos nº 10 a 18):

Nº	Fase	Evento de Risco	Causa Provável	Consequência	Prob.	Impacto	Nível	Medida Preventiva / Mitigadora	Plano de Contingência	Responsável	Indicador
10	Execução	Falha na gestão do eSocial — envios atrasados, incorretos ou omitidos (S-2210, S-2220, S-2240)	Sistema incompatível; falta de integração entre laudos e exames; erro humano; instabilidade do portal	Penalidades previdenciárias; bloqueio de certidões; impossibilidade de emitir CND; responsabilização do Município	Alta	Alto	Crítico	Exigir sistema compatível com eSocial na habilitação; monitoramento mensal do relatório de envios; conferência cruzada com dados do Setor de Pessoal	Retificação imediata dos eventos; comunicação formal ao INSS; aplicação de sanção contratual; substituição do sistema	Fiscal / Setor de Pessoal	% de eventos SST enviados dentro do prazo regulamentar
11	Execução	Descontinuidade dos serviços por inadimplemento ou abandono pela contratada	Dificuldades financeiras da contratada; perda de profissionais-chave; conflito contratual	Interrupção da cobertura SST; exposição dos servidores a riscos não monitorados; autuação do MTE	Baixa	Alto	Moderado	Verificação periódica da regularidade fiscal e trabalhista da contratada; cláusula de transição contratual; comunicação prévia obrigatória	Rescisão unilateral; contratação emergencial (art. 75, VIII); acionamento do segundo classificado	Gestor	Regularidade fiscal verificada em cada medição mensal
12	Execução	Exames clínicos e complementares realizados fora do perímetro urbano de Inconfidentes/MG	Falta de estrutura local da contratada; encaminhamento para clínica em município vizinho	Descumprimento contratual; inconveniência e custo de deslocamento para os servidores	Média	Médio	Moderado	Exigir comprovação de endereço/credenciamento no perímetro urbano já na habilitação; verificação periódica pelo fiscal	Notificação formal; prazo de 15 dias para regularização local; glosa dos serviços irregulares	Fiscal	Local efetivo de realização dos exames vs. exigência contratual
13	Fiscalização	Falha ou omissão na fiscalização contratual	Acúmulo de funções do fiscal titular; falta de capacitação em SST; ausência de checklist	Recebimento indevido de serviços deficientes; pagamento sem atesto regular; responsabilização do gestor	Média	Alto	Alto	Capacitação do fiscal em SST; checklist mensal padronizado; designação de fiscal substituto; apoio técnico do Setor de Pessoal	Designação imediata de fiscal substituto; apuração de responsabilidade; revisão dos atestos emitidos	Gestor do Contrato	Atesto mensal realizado dentro do prazo; checklist preenchido integralmente
14	Pagamento	Pagamento sem regular atesto ou com documentação fiscal incompleta	Pressão por celeridade; falha na conferência documental; NF com dados incorretos	Dano ao erário; responsabilização pessoal do gestor; irregularidade perante órgãos de controle	Baixa	Alto	Moderado	Fluxo obrigatório: atesto do fiscal → conferência da NF → verificação de certidões → autorização de pagamento	Glosa do valor; devolução da NF para correção; suspensão do pagamento até regularização	Gestor / Financeiro	NFs devolvidas para correção / total processado no mês
15	Jurídico	Impugnação do edital ou interposição de recurso administrativo	Cláusulas restritivas à competitividade; falta de motivação de exigências técnicas	Suspensão ou atraso do certame; necessidade de retificação do edital; anulação de atos	Média	Médio	Moderado	Revisão jurídica prévia do edital e TR; motivação expressa de todas as exigências técnicas; compatibilização com a pesquisa de mercado	Resposta fundamentada no prazo legal; retificação do edital com reabertura de prazo se procedente	Jurídico / Pregoeiro	Nº de impugnações e recursos por certame

PM INCONFIDENTES FOLHA Nº

Nº	Fase	Evento de Risco	Causa Provável	Consequência	Prob.	Impacto	Nível	Medida Preventiva / Mitigadora	Plano de Contingência	Responsável	Indicador
16	Contratual	Desequilíbrio econômico-financeiro em caso de prorrogação (arts. 106/107)	Inflação acumulada; variação de custos de insumos médicos e laboratoriais; reajuste pelo IPCA insuficiente	Inexecução parcial; pedido de revisão extraordinária; rescisão por onerosidade excessiva	Média	Médio	Moderado	Cláusula de reajuste anual pelo IPCA; análise comparativa de mercado antes de cada prorrogação; negociação antecipada	Revisão contratual fundamentada em planilha de custos; repactuação; nova licitação se inviável a manutenção	Gestor / Licitações	Variação acumulada do IPCA vs. reajuste efetivamente aplicado
17	Contratual	Prorrogação contratual juridicamente inadequada — descumprimento dos arts. 106 e 107	Falta de verificação dos requisitos cumulativos; interesse da contratada não formalizado; ausência de análise de vantajosidade	Nulidade da prorrogação; responsabilização do gestor; descontinuidade abrupta do serviço	Baixa	Alto	Moderado	Checklist obrigatório de prorrogação: (i) habilitação vigente; (ii) preços compatíveis; (iii) manifestação formal da contratada; (iv) parecer de vantajosidade; (v) autorização da autoridade competente	Nova licitação com antecedência mínima de 6 meses do término da vigência; contratação emergencial se necessário	Gestor / Jurídico	Checklist de prorrogação 100% completo antes do vencimento
18	Encerramento	Falha na transição contratual — perda de dados e histórico dos servidores	Contratada não entrega banco de dados; perda de prontuários; resistência à transferência de informações	Descontinuidade na cobertura SST; perda de histórico ocupacional de até 20 anos; impossibilidade de elaborar PPP; passivo previdenciário	Média	Alto	Alto	Cláusula de transição contratual obrigatória; exigir entrega do banco de dados completo 60 dias antes do término; backup periódico pelo Setor de Pessoal	Notificação formal com prazo de 15 dias; retenção do último pagamento até entrega; ação judicial para obtenção dos dados; comunicação ao CRM/CREA	Gestor / Setor de Pessoal	Dados e prontuários entregues integralmente dentro do prazo de transição

4. Diretrizes de monitoramento

I — Os riscos identificados neste Mapa serão acompanhados continuamente durante a fase preparatória e ao longo de toda a execução contratual, incluindo eventuais prorrogações nos termos dos arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.

II — O Mapa de Riscos poderá ser atualizado supervenientemente, sempre que fatos novos, alterações contratuais ou mudanças normativas justificarem a revisão dos riscos ou de suas medidas de tratamento.

III — A gestora do contrato (Claudia Luzia dos Santos) e o fiscal titular (Marcos Michell de Mira) serão responsáveis pelo registro de ocorrências relacionadas aos riscos identificados, utilizando os indicadores de monitoramento definidos para cada risco.

IV — O gerenciamento de riscos integra a governança da contratação e será observado em conjunto com os demais instrumentos de planejamento (DFD, ETP e TR) e de controle (atesto, relatórios e sanções).

V — Em caso de materialização de risco classificado como Alto ou Crítico, o gestor do contrato deverá adotar imediatamente o plano de contingência correspondente e comunicar a autoridade competente para as providências cabíveis.

VI — Antes de cada prorrogação contratual, o Mapa de Riscos deverá ser revisado e atualizado, com especial atenção aos riscos nº 16 (desequilíbrio econômico-financeiro) e nº 17 (prorrogação juridicamente inadequada).

PM INCONFIDENTES
FOLHA
Nº

5. Conclusão

O presente Mapa de Riscos da Contratação integra a fase de planejamento do processo licitatório para contratação de serviços continuados de SST e Medicina Ocupacional, nos termos do art. 18 da Lei nº 14.133/2021. O documento serve como instrumento preventivo e de apoio à decisão, identificando 18 (dezoito) riscos distribuídos pelas fases de planejamento, seleção, formalização, execução, fiscalização, pagamento, gestão contratual e encerramento, com as respectivas medidas de tratamento, planos de contingência, responsáveis e indicadores de monitoramento.

O Mapa não substitui a atuação dos setores técnico, jurídico e de controle, devendo ser observado em conjunto com os demais documentos do processo — DFD, ETP, TR, pesquisa de preços, edital e contrato — para assegurar a integridade, a eficiência e a segurança jurídica da contratação.

Inconfidentes (MG), 14 de agosto de 2026

Requisitantes:

Marcos Michell de Mira
Chefe do Departamento Municipal de Administração

Estela Maria Sobreiro
Responsável — Setor de Pessoal

Rodnei Francisco de Oliveira
Chefe do Depto de Licitações, Contratos e Compras